



## MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt  
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

### **ACTA Nº.7/2005** **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2005**

Aos trinta dias do mês de Março do ano de dois mil e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Artur João Rebola Pombeiro, Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

#### **Movimento Financeiro-----**

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia vinte e nove de Março de 2005, que acusa um total de disponibilidades de **242.797,97 € (duzentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e sete euros e noventa e sete cêntimos)**.-----

#### **---PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA---**

##### **Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----**

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendessem apresentar. Nenhum eleito apresentou qualquer assunto, tendo o Sr. Presidente passado de imediato ao ponto seguinte.-----

#### **-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----**

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº. 6/2005-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Reformulação da Candidatura “Adaptação e Reformulação das Salas e Instalações das Escolas Básicas do Concelho de Borba, Edifícios de Apoio e Arranjos Exteriores”-----

Ponto 2.4 – Concurso Público para a empreitada “Parque Desportivo de Borba – 3ª Fase – Relva Sintética do Campo de Futebol/Pistas Reduzidas para Atletismo” – Recursos Hierárquicos-----

Ponto 2.5 – Abertura de Concurso Público para a Empreitada da 2ª Fase da Recuperação no Complexo Cultural do Palacete dos Melos-----

Ponto 2.6 – Apresentação de Candidaturas à CCDRA:-----

    a) Plano de Urbanização de Santiago de Rio de Moinhos-----

    b) Plano de Urbanização de Orada-----

Ponto 2.7 – Concurso Borba Florida/2005-----

Ponto 2.8 – Actividades da Câmara-----

## **PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº. 6/2005 -----**

Previamente distribuída por todo o executivo, e depois de analisada, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Acta nº. 6/2005.**-----

## **PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS-----**

Não foi apresentado nenhum requerimento.-----

## **PONTO 2.3 – REFORMULAÇÃO DA CANDIDATURA “ADAPTAÇÃO E REFORMULAÇÃO DAS SALAS E INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS BÁSICAS DO CONCELHO DE BORBA, EDIFÍCIOS DE APOIO E ARRANJOS EXTERIORES”-----**

Propõe-se a aprovação da reformulação da Candidatura “Adaptação e Reformulação das Salas e Instalações das Escolas Básicas do Concelho de Borba, Edifícios de Apoio e Arranjos Exteriores”, que consiste no faseamento do orçamento da mesma. Assim, a referida candidatura apresentada à CCDRA, no âmbito do PORA, cujo valor foi de 801.098,66 €, incluindo IVA, passará a ser de 1.016.721,82 €, faseado da seguinte forma: ano de 2005: 733.468,66 € - ano de 2006: 283.253,15 €.

A proposta foi colocada à discussão tendo o vereador Joaquim Serra referido que embora não se oponha à reformulação da candidatura entende que o valor da mesma já era elevado aquando da sua primeira apresentação, agora será ainda mais elevado. Quanto ao valor da 1ª fase (ano de 2005) perguntou se a Câmara se encontra em condições de poder fazer face a esta

despesa sabendo que tem um conjunto de obras lançadas a concurso. Entende ainda que o faseamento deve ser de forma a que corresponda minimamente à realidade, e não lhe parece que seja do ponto de vista operacional desta Câmara conseguir ainda no ano de 2005 esta realização de mais 40 mil contos do orçamento. Pois o que verifica em termos de disponibilidades de tesouraria não permite fazer face a este tipo de processos com estes prazos tendo também em conta que as obras em recintos escolares têm que ser feitas em prazos muito curtos o que lhe parece, do ponto de vista da execução, ser impossível fazer obras de 40 mil contos em dois meses nos diferentes estabelecimentos de ensino, mesmo que esteja tudo muito bem preparado para a adjudicação, um mês pode ser para fazer obras e outro mês será para as limpezas, para os ajustes, retirar estaleiros, etc.-----

Entretanto o vereador Humberto Ratado referiu que entende as observações feitas pelo vereador Joaquim Serra, no entanto, o que vai ser feito em cada Escola é o que há de essencial para fazer, ou seja, tudo o que se trate de reformulações: instalações sanitárias, electricidade, sistema contra incêndios, sistema de aquecimento é o que vai ser executado em 2005 nos 6 equipamentos escolares básicos que existem no concelho. Retiraram-se os arranjos exteriores para 2006, e no caso da Escola da Nora o edifício que é para ser feito passa também para 2006. Compreende que se trata de um montante elevado, mas trata-se também de uma linha de trabalhos primários, e embora os prazos sejam apertados espera que tudo corra bem e que se consiga concretizar da melhor forma.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que uma vez que o Sr. Presidente tem o pelouro da área financeira desta Câmara, gostaria de saber se efectivamente encontra, naquilo que são as disponibilidades financeiras, capacidade para em 2005 fazer face a este investimento de cerca de 40 mil contos.-----

Por sua vez, o Sr. Presidente referiu que as obras têm que ser feitas e, para isso, provavelmente terá que recorrer à banca, embora a capacidade de endividamento não esteja muito folgada. No entanto, há sempre hipótese de ir buscar aquela comparticipação do BEI e aí tentar negociar com as empresas no sentido de se protelar o pagamento. Referiu ainda que embora pudesse ter havido outro tipo de programação, foi-lhe dito que era urgente e essencial fazer este ano este tipo de intervenção e, face a isto, entende que é caso para avançar.-----

O vereador Joaquim Serra, referiu que já há algum tempo tinha dito ao Sr. Presidente que não votaria favoravelmente mais nenhuma abertura de concurso sem que lhe fosse apresentado um plano de tesouraria relativamente aos contratos existentes. Até à data ainda nada lhe foi entregue e pensa que era um documento extremamente importante para os eleitos da CDU poderem continuar a dar o aval, não só à apresentação de

candidaturas mas posteriormente à abertura de concursos para os quais sabem que a Câmara não tem possibilidades de liquidar dentro dos prazos. Uma coisa é saber-se os compromissos que estão a assumir para os anos seguintes (porque a maior parte deles são compromissos que transitam para os anos seguintes) que vão comprometer o desenvolvimento em termos dos próximos anos e dos próximos mandatos e era bom que todos tivessem a mesma visão e conhecimentos de como estão as coisas em termos de planos de tesouraria. Há efectivamente um conjunto de obras a realizar, os autos de medição vão começar a surgir, os planos de pagamento dessas obras estão entregues na Câmara e certamente que alguém terá que pegar nisso e fazer um plano de tesouraria para as empreitadas que estão lançadas. Referiu ainda que os vereadores eleitos pela CDU não estão contra a presente proposta e, por isso vão votá-la favoravelmente, porque entendem que as obras nas Escolas são prioritárias. O que não entendem é a forma de gerir em que não se consegue dizer o que é mais prioritário, ou seja, não é tudo tão prioritário e, quando não há recursos que satisfaçam tudo, tem que se hierarquizar.-----

O Sr. Presidente referiu que como o vereador Joaquim Serra sabe as candidaturas só são aceites se os concursos tiverem lançados e a Câmara tem tido o cuidado de introduzir uma cláusula, em todos os concursos que estão a lançar, que diz que a obra só avança se tiver apoio proveniente dos Fundos Comunitários. Referiu ainda não concordar com a forma como o processo é feito, ou seja, não concorda que as candidaturas só sejam aprovadas quando houver intenção de adjudicação e tem tentado salvaguardar esta hipótese com o facto de introduzir a referida cláusula. É óbvio que duas coisas podem acontecer: ou a candidatura é aprovada nos fundos comunitários, e a Câmara pode ir ao BEI buscar os 30%, ou a candidatura não é aprovada e a obra não avança. Entende que aqui não há irresponsabilidade o que há é tentativa de trazer para Borba candidaturas aprovadas. É óbvio que se sabe que há obras que provavelmente não vão avançar se as verbas dos fundos comunitários não vierem, e as empresas quando concorrem sabem disso. No entanto, também se sentiria mal se houvesse hipótese de apresentar uma candidatura e não a apresentasse. É lógico se todas fossem aprovadas a Câmara teria que pagar nos próximos anos, podendo haver diferentes formas, ou seja, o recurso ao endividamento pode aumentar, o endividamento a longo prazo, os factoring's. "Há formas diferentes de tentar tornear esta situação – oxalá as candidaturas sejam aprovadas, e ficaria muito contente se todas fossem aprovadas, mas concerteza que não vão ser – rematou o Sr. Presidente".-----

Entretanto o vereador Humberto Ratado realçou: "quando o vereador Joaquim Serra fala na questão das prioridades tem toda a razão, pois tudo é prioritário mas, dentro do prioritário, há sempre o mais urgente. De qualquer das formas, há muitos concursos lançados e, como temos tudo

preparado, pode dizer-se que no fundo é tudo urgente e é tudo prioritário. Como o Sr. Presidente acabou de dizer, temos oportunidade de apresentar as candidaturas, vamos por isso apresentá-las e tentar contribuir para o desenvolvimento do concelho. Contudo, a reflexão do vereador Joaquim Serra não deixa de ser uma reflexão positiva nesse sentido – rematou o vereador Humberto Ratado.”-----

**Entretanto o Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar a da reformulação da Candidatura “Adaptação e Reformulação das Salas e Instalações das Escolas Básicas do Concelho de Borba, Edifícios de Apoio e Arranjos Exteriores”,** que consiste no faseamento do orçamento da mesma. Assim, a referida candidatura apresentada à CCDRA, no âmbito do PORA, cujo valor foi de 801.098,66 €, incluindo IVA, passará a ser de 1.016.721,82 €, faseado da seguinte forma: ano de 2005: 733.468,66 € - ano de 2006: 283.253,15 €-----

**PONTO 2.4 – CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA “PARQUE DESPORTIVO DE BORBA – 3ª FASE - RELVA SINTÉTICA DO CAMPO DE FUTEBOL/PISTAS REDUZIDAS PARA ATLETISMO – Recursos Hierárquicos**-----

Na sequência do acto público de abertura das propostas do Concurso Público para a empreitada “Parque Desportivo de Borba – 3ª Fase – Relva Sintética do Campo de Futebol/Pistas Reduzidas para Atletismo”, foram apresentados recursos hierárquicos pelas seguintes empresas:-----

- Lusifor – Serviços Técnicos Especializados, Lda.;-----
- Consórcio Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A. e Tecnovia Açores – Sociedade de Empreitadas, S.A.;-----
- Consórcio Nativa – Tecnologia em Áreas Verdes, Lda. e João Cerejo dos Santos, S.A.-----

Tendo em conta a informação técnica (que se anexa como documento nº.1) propõe-se:-----

- a) Dar provimento ao recurso interposto por Lusifor, Lda. e em consequência admiti-la ao concurso;-----
- b) Rejeitar os recursos interpostos por Tecnovia, S.A./Tecnovia Açores S.A. e Nativa, Lda./João Cerejo dos Santos, S.A., mantendo-se a decisão recorrida.-----

**A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções a sua aprovação.**-----

**Votaram a favor o Senhor Presidente Ângelo João Guarda Verdades de Sá e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado e Artur**

João Rebola Pombeiro. Abstiveram-se os Senhores vereadores Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão.-----

**PONTO 2.5 – CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DA 2ª FASE DA RECUPERAÇÃO NO COMPLEXO CULTURAL DO PALACETE DOS MELOS---**

Presente o projecto de execução referente à “Empreitada da 2ª Fase da Recuperação no Complexo Cultural do Palacete dos Melos”, bem como o Programa de Concurso e Caderno de Encargos.-----

A Câmara Municipal pretende abrir Concurso Público para a referida empreitada que será realizada por preço global, com uma estimativa orçamental de 719.279,00 Euros.-----

**Assim propõe-se:**-----

- a) A aprovação do projecto de execução e a abertura de Concurso Público para a execução da empreitada acima referida.-----
- b) A aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos.-----
- c) Designar as seguintes comissões de acompanhamento do concurso, conforme estipulado no n.º.1 do art.º.60 do Dec-Lei n.º.59/99 de 02 de Março:-----

**Comissão de Abertura do Concurso:**-----

Presidente – Ana Maria Guégués Barroso – Assistente Administrativa Especialista-----

Secretário – Vera Cristina Duarte Santos – Assistente Administrativa Principal-----

Maria Rosa Ramos Grades – Chefe de Secção-----

**Comissão de Análise de Propostas:**-----

Presidente – Dr. Nuno Miguel Batalha Cavalheiro-----

Arqª Rosalina Maria Alves Castro-----

Eng.º. Pedro Miguel Barradas Clérigo-----

O Sr. Presidente colocou a proposta à discussão tendo começado por informar que o projecto está pronto e há, de certa forma, uma abertura por parte da CCDRA em apoiar esta obra. Este projecto vem na sequência da mudança que se fez em termos de PPI porque o nome não estava adequado à possibilidade que existia de aprovação e, é nesse sentido que o mesmo é apresentado. Referiu que compreende perfeitamente o que o vereador Joaquim Serra disse no “ponto 2.3” desta Ordem de Trabalhos que, no fundo, se relaciona também com este ponto, mas como o vereador Joaquim Serra sabe, se não se abrir concurso não se pode fazer a candidatura, daí ter que se avançar.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que, tal como já disse no ponto 2.3, não votaria favoravelmente mais nenhuma proposta de abertura de concurso sem que lhe fosse apresentado um plano de tesouraria relativamente aos contratos existentes. Contudo, salientou que, os vereadores eleitos pela CDU votarão contra esta proposta, não só pelo facto de não lhes ter sido apresentado o plano de tesouraria, trata-se também de um voto de protesto pelo modo como estas questões são tratadas, ou seja: não sabem, porque não lhes é facultado saber, se o programa para o Complexo Cultural do Palacete dos Melos é o mesmo que existia nos anteriores mandatos, isto é, se aquilo que a Câmara se propõe fazer no Palacete dos Melos ainda é o mesmo. Só sabem que foi encomendado um novo projecto, projecto esse, que os vereadores da CDU não conhecem e sobre o qual nunca se pronunciaram. Por isso o voto contra, dos eleitos da CDU, é um voto em forma de protesto, porque os projectos são da Câmara e não são apenas da maioria do Partido Socialista. Entende, que quando um projecto chega à Câmara deve ser dada a informação de que o projecto está disponível e que todos os podem consultar. Por isso consideram que, hoje estão perante a presença de uma proposta de Concurso Público para lançar aquele projecto que é da maioria Socialista, e não da Câmara porque a Câmara nunca o discutiu nem aprovou anteriormente.-----

Entretanto o Sr. Presidente realçou, que mais uma vez quer que os vereadores da oposição entendam, que não há nenhuma intenção, por parte desta maioria, em esconder seja aquilo que for. O projecto está aqui presente para ser consultado e analisado por todos. Informou que o mesmo sofreu ligeiras alterações, de acordo com as alterações que houve a nível do telhado, e tratando-se de um imóvel em vias de classificação obrigou a que tivesse um acompanhamento muito grande por parte do IPPAR.-----

O vereador Joaquim Serra perguntou, se para além dos pareceres do IPPAR, se existe mais algum parecer e se o projecto reúne as condições para ser integrado na rede bibliotecária. Considera fundamental pedir parecer ao IPLL para que este se comprometa, no caso de se pretender instalar um pólo de biblioteca, de que existam condições para essa mesma instalação. Se o IPLL não estiver comprometido, depois da obra feita, pode vir a dizer que não instala o pólo. Desta forma sugeriu ao Sr. Presidente que, por uma questão de salvaguarda para a Câmara, enviasse este projecto ao IPLL para que se pronunciassem se, com as alterações feitas ao projecto, existem ou não condições para que possa ser instalado um pólo de biblioteca no local pretendido.-----

**Analisada a proposta foi a mesma colocada à votação, tendo sido deliberado, por maioria (com três votos a favor e dois votos contra) a sua aprovação. Votaram favoravelmente o Senhor Presidente Ângelo João Guarda Verdades de Sá e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado e Artur João Rebola Pombeiro. Votaram contra os**

Senhores vereadores Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão pelos motivos invocados na discussão do ponto.-----

## **PONTO 2.6 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS À CCDRA:-----**

### **a) Plano de Urbanização de Santiago de Rio de Moinhos-----**

Propõe-se, para efeitos de aprovação, a apresentação da candidatura “Plano de Urbanização de Santiago de Rio de Moinhos”, à CCDRA, cujo valor é de 37.500,00 Euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

Antes de se passar à votação da proposta os vereadores eleitos pela CDU, fizeram algumas considerações, nomeadamente: Entendem que os Planos devem ser feitos, pois trata-se de instrumentos de planeamento que ajudam a orientar decisões. No entendimento dos vereadores eleitos pela CDU estes planos deveriam ter sido feitos antes da Revisão do Plano Director Municipal, de modo que se conseguisse fazer intervenção directa nomeadamente em Rio de Moinhos, uma vez que o Plano de Urbanização não obrigava a que tivesse que respeitar na integra o PDM e legitimaria logo a 1ª Revisão porque ele tinha que ser transposto. No entanto, consideram que se deve avançar e que este plano é extremamente importante para o desenvolvimento da freguesia de Rio de Moinhos. Consideram ainda que não se justifica a diferença de orçamentos entre o Plano de Santiago de Rio de Moinhos e Plano de Orada. Contudo, o que mais estranho lhe parece é que sendo estes planos adjudicados à empresa que já tem, neste momento, um conjunto de dados que foi recolhendo nos outros instrumentos de planeamento, apresente um valor ainda tão elevado, sobretudo o do Plano de Santiago de Rio de Moinhos.-----

Pediram ao Sr. Presidente que, logo que possível, gostariam que lhes fossem facultados os processos de adjudicação.-----

**Entretanto o Sr. Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, apresentar a referida candidatura à CCDRA.-----**

### **b) Plano de Urbanização de Orada-----**

Propõe-se, para efeitos de aprovação, a apresentação da candidatura “Plano de Urbanização de Orada”, à CCDRA, cujo valor é de 7.500,00 Euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

**A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, apresentar a referida candidatura à CCDRA.-----**

-----  
-----  
**PONTO 2.7 – CONCURSO BORBA FLORIDA/2005**-----

Presente informação do serviço de Apoio Urbano, informando que as Normas de Participação para o Concurso Borba Florida aprovadas em 2004 se mantém à excepção do ponto 4, que sofrerá uma alteração ficando o mesmo com a seguinte redacção: “As floreiras solicitadas serão entregues devidamente decoradas pelo valor simbólico de 3 Euros para os concorrentes novos. As flores para decoração das floreiras dos concorrentes do Concurso Borba Florida/2004 serão fornecidas gratuitamente.-----

Presente informação do serviço de Apoio Urbano informando que a estimativa orçamental para o Concurso Borba Florida 2005 é a seguinte:----

**Conjunto 1**-----

**Floreira completa:**-----

1 Floreira + 1 Suporte = 5,70 Euros-----

3 Vasos Flores/Floreira = 4,35 Euros-----

Substrato/Floreira = 1,00 Euro-----

**Total:** 11,05 Euros/Floreira-----

**Conjunto 2**-----

**Pacote 3 flores:**-----

3 Vasos Flores/Floreira = 4,35 Euros-----

Estimativa de adesão de 150 unidades do conjunto 1: 1.658,00 Euros-----

Estimativa de adesão de 250 unidades do conjunto 2: 1.088,00 Euros-----

**De acordo com as referidas informações, propõe-se a aprovação da alteração ao ponto 4 das Normas de Participação do Concurso Borba Florida/2004, bem como a aprovação da estimativa orçamental para o Concurso Borba Florida 2005.**-----

**Propõe-se ainda que o Júri do Concurso, a decorrer entre Maio e Setembro de 2005, seja constituído pelos seguintes elementos:**-----

- Vereador Artur Pombeiro;-----
- Eng<sup>a</sup>. Cristina Guerreiro da Silva;-----
- Dr<sup>a</sup>. Ondina Giga-----

Relativamente ao assunto o vereador Artur Pombeiro começou por esclarecer que esta proposta vem na sequência da do ano transacto apenas com pequenas alterações, nomeadamente: alteração ao ponto 4 das Normas de Participação, e inclusão da constituição do Júri, uma vez que o ano passado não foi definida a constituição do júri. Agora só espera que a adesão ao Concurso seja boa como foi o ano passado.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra e começou por fazer as algumas considerações, nomeadamente: “Já no final do ano passado, se bem se lembra, numa reunião de Câmara perguntou como tinha sido a questão da atribuição dos prémios do Concurso Borba Florida 2004 e responderam-lhe que ainda não tinha sido feita, embora o prazo estipulado fosse o mês de Setembro.-----

Entretanto o vereador Artur Pombeiro esclareceu que na deliberação do ano passado não foi definido júri para o Concurso e, a avaliação seria feita pela técnica responsável por esta área. Acontece, porém, que a mesma adoeceu e a atribuição de prémios não foi feita. Por isto, e para que o mesmo não venha a acontecer, este ano é apresentada proposta para definição do júri.-- Mesmo assim o vereador Joaquim Serra quis deixar expresso o seu protesto pelo procedimento tomado, por entender terem sido defraudadas as participações dos munícipes, pois certamente estariam à espera que, por parte da Câmara, tivesse havido um acompanhamento. Como isso não aconteceu, questionou-se - não tendo havido atribuição de prémios em 2004, será que deve continuar ainda a figura do prémio em 2005, ou seria melhor que as pessoas participassem só pelo gosto e pelo prazer em terem as janelas ornamentadas. Considera importante que as pessoas sejam informadas que em relação ao Concurso Borba Florida/2004 não houve possibilidades de fazer as avaliações e atribuições de prémios, dando assim uma satisfação às pessoas que se empenharam em ter as janelas floridas.----

**Depois de discutida e analisada a proposta, e de acordo com as informações técnicas, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração ao ponto 4 das Normas de Participação do Concurso Borba Florida/2004, bem como aprovar a estimativa orçamental para o Concurso Borba Florida 2005, conforme acima descritas.-----**

**Foi ainda deliberado, por unanimidade, que o Júri do Concurso, a decorrer entre Maio e Setembro de 2005, seja constituído pelos seguintes elementos:** Vereador Artur Pombeiro, Eng<sup>a</sup>. Cristina Guerreiro da Silva e Dr<sup>a</sup>. Ondina Giga.-----

Os vereadores Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão apesar de votarem favoravelmente recomendaram ao Sr. vereador Artur Pombeiro que não cometa os erros que cometeu na Edição anterior, e que na impossibilidade dos técnicos fazerem o acompanhamento que o faça o Sr. vereador de modo que as pessoas que participarem percebam o que se passa.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente que também concordou com esta recomendação, tendo referido que o Sr. vereador Artur deve falar com a técnica responsável no sentido desta informar as pessoas porque razão não se concluiu o processo de Concurso Borba Florida 2004.-----

O vereador Artur Pombeiro referiu que também concorda com o que foi dito e vai proceder em conformidade.-----

-----  
-----  
-----  
**PONTO 2.8 – ACTIVIDADES DA CÂMARA**-----

**Despachos elaborados ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara**-----

O Sr. Presidente informou sobre os assuntos aprovados por despacho ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal que lhe foram delegadas: referiu então que no período entre 16 a 29 de Março de 2005 foi aprovada a 4ª Alteração Orçamental/05 no valor de 1.163.610,00 Euros tanto em receita como em despesa.-----

**O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:**-----

- ✓ Na reunião com a técnica da EDC Mármore sobre as expropriações dos terrenos e as expropriações amigáveis que estão a decorrer;-----
- ✓ Na Assembleia Geral da EDC Mármore, na qual foi decidido avançar para a ADC 3;-----
- ✓ Na Assembleia Geral das Águas do Centro Alentejo – as obras estão a avançar, a bom ritmo, na área de intervenção.-----

**O Vereador Artur Pombeiro, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:**-----

- ✓ Jardim Municipal – continuação dos trabalhos de calcetamento do passeio paralelo, faltando apenas concluir a parte que ladeia com o cemitério;-----
- ✓ Loteamento Habitacional do Forno–Orada – enchimento e pavimentação para aplicação de betuminoso e continuação de calcetamento;-----
- ✓ Loteamento Habitacional da Nave–Nora – Conclusão de espaços verdes;-----
- ✓ Remodelação da Rede de Águas da Nora – continuam os trabalhos na zona dos Mouchões com a abertura de vala e aplicação de conduta;-----
- ✓ Empreitada da Estrada da Nora/Barro Branco – Obra em curso;-----

Ainda neste ponto da ordem de dia o vereador Artur Pombeiro entregou ao restante executivo listagem com relação de processos aprovados, ao abrigo da subdelegação de competências durante o período de 11/03/05 e 24/03/05.-----

-----  
-----  
**O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----**

- ✓ Representação na Assembleia Geral do Agrupamento de Escolas;-----
- ✓ Reunião com os Parceiros para a actividade “Marcha da Saúde” que está prevista para dia 7 de Abril próximo, Dia Mundial da Saúde. Os parceiros desta iniciativa são: Câmara Municipal de Borba; Centro de Saúde de Borba; Bombeiros Voluntários de Borba; Santa Casa da Misericórdia de Borba; Guarda Nacional Republicana; Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Borba; Centro de Cultura e Desporto da Matriz e 1º Ciclo e Jardim de Infância de Borba. A iniciativa terá rumo a Santa Bárbara e vai ter a participação de pessoas de várias idades, desde os miúdos da Escola até aos idosos que se queiram inscrever. Após a chegada da Marcha a Santa Bárbara serão distribuídos folhetos informativos relativos a cuidados a ter com a exposição solar e aos benefícios do Exercício Físico Regular na saúde, informações estas a cargo dos técnicos de saúde. A seguir será serviço um almoço e estão previstas actividades lúdicas;-----
- ✓ Realização da 7ª Edição da Feira do Queijo;-----
- ✓ O vereador Humberto informou que a partir do início deste último período do ano lectivo, vão começar a ser servidas refeições para os alunos do 1º Ciclo e Pré-Escolar das Escolas de Orada;-----
- ✓ O vereador Humberto informou ainda que acabaram de chegar os exemplares do Roteiro Turístico sobre os quais já tinham falado noutra reunião de Câmara. Informou que ainda não foi feita a apresentação formal mas entrega, já hoje, um exemplar aos vereadores Joaquim Serra e Vicente Ermitão para poderem já ir apreciando.-----

**Entretanto usou da palavra o vereador Joaquim Serra pedindo que lhe fossem facultados os seguintes elementos:-----**

- ✓ Tal como já pediu, nesta reunião, gostaria que o Plano de Tesouraria das empreitadas que estão lançadas lhe fosse entregue na próxima reunião de Câmara;-----
- ✓ Dívidas a fornecedores a 31 de Março;-----
- ✓ Ponto da situação dos contratos;-----

**O vereador Joaquim Serra colocou ainda algumas questões, nomeadamente:-----**

- ✓ Loteamento do Forno-Orada – perguntou para quando está prevista a conclusão da electrificação deste loteamento. O Sr. Presidente informou que, segundo informação que teve do Engº. Barnabé Ramalho, houve uma suspensão dos trabalhos, pelo prazo de 30 dias, embora não saiba explicar a razão da suspensão. Contudo, passou ontem pelo loteamento e verificou a existência dos postes até ao PT.---
- ✓ Se fosse possível gostaria que o Sr. Presidente distribuísse pelos vereadores da oposição um plano de inaugurações previstas e gostaria de saber até que ponto está a preparar esse plano de inaugurações integrado na campanha eleitoral. Coloca esta questão porque, no Domingo passado, uma iniciativa da Câmara já serviu para abertura de campanha eleitoral. O vereador salientou que, nessa iniciativa, apenas esteve na sessão de abertura, mas segundo lhe transmitiram na sessão de encerramento o Sr. Presidente excedeu aquilo que é o posicionamento do Presidente da Câmara para assumir a posição de candidato. Sublinhou, então, que o que está a dizer é apenas com base naquilo que lhe transmitiram, mas lembra aquilo que foram as afirmações e considerações de dirigentes Nacionais do Partido Socialista sobre o acto eleitoral das Legislativas, ou seja, que aquilo que serve a nível nacional que sirva também a nível local, e que as práticas na política local sejam aquelas que nós queremos que se pratiquem na política nacional.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente e, sobre esta observação feita pelo vereador Joaquim Serra, salientou o seguinte: 1º – se houver plano de inaugurações nunca será próximo da campanha eleitoral; 2º– se houver plano de inaugurações todos os vereadores, Presidente da Assembleia e todos os eleitos serão convidados, posição esta contrária àquela que era tomada pelo executivo anterior, em que o Presidente da Assembleia nunca era convidado embora, mesmo sem ser convidado, aparecesse a algumas; 3º – neste momento, nem sequer ainda sei se sou candidato – portanto sublinho que aquilo que foi feito, nunca foi feito da forma como o vereador Joaquim Serra referiu, e primeiro terá que ser o Partido Socialista a decidir quem será o candidato.-----

O Sr. Presidente acrescentou ainda que em relação ao que foi dito, por ele, no discurso de encerramento da Feira do Queijo, pode aqui fazer, mais ou menos, um resumo que se efectivamente se passou, passando então a referir: “Falei sobre a questão do pavilhão, a questão do seminário e a questão da gastronomia. Falei também sobre a importância da mudança da Feira para Santiago de Rio de Moinhos e também da Feira das Ervas na Orada, ou seja, falei na política de descentralização deste executivo. Finalmente, e a propósito da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, terminei dizendo que as nossas promessas

são para cumprir. Entendo, desta forma, que isto não é fazer campanha eleitoral – rematou o Sr. Presidente”-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra sobre esta última afirmação “as nossas promessas são para cumprir”, questionou o Sr. Presidente de quem eram essas promessas, ao que o Sr. Presidente respondeu que foram deste executivo. Por sua vez o vereador Joaquim Serra frisou que as promessas não foram deste executivo, ou seja, as promessas que foram feitas aos eleitores foram da força política que concorreu às eleições. Não pode afirmar, porque não ouviu a intervenção de encerramento, se a intervenção mais relevante foi do Sr. Presidente, mas pode dizer que é sobre este aspecto, que a figura institucional da Câmara não tem promessas, isto é, as promessas são dos concorrentes.-----

No entanto, o Sr. Presidente referiu considerar que o executivo tem um PPI que vai de encontro ao plano de promessas que se fizeram durante a campanha eleitoral.-----

Entretanto, o vereador Joaquim Serra frisou que a Câmara aprova um Plano de Actividades e um Plano Plurianual de Investimento que não é um plano de promessas, é um plano de acções que vão de encontro ao programa de campanha eleitoral que terminou no dia em que terminou a campanha eleitoral e que depois passa a programa de Governo.-----

Contudo, o Sr. Presidente esclareceu que quem informou o vereador Joaquim Serra sobre as intervenções de sessão de encerramento do evento, certamente, informou-o mal porque quem falou das reivindicações da freguesia foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Acrescentou ainda que nestas situações é extremamente cuidadoso, embora em algumas situações se possa exceder um pouco, mas não é fácil nem normal que isso aconteça.-

- ✓ Relativamente à questão colocada pelo vereador Joaquim Serra, na última reunião de Câmara, sobre o processo n.º.82/04 referente à Adega Cooperativa de Borba – Legalização de construção de maciços para reservatórios, foi-lhe entregue, hoje, o processo para consulta. Após ter feito essa consulta, o vereador Joaquim Serra referiu tratar-se de uma situação um pouco complicada, face a pareceres de processos anteriores, nomeadamente, no que respeita o caso dos reservatórios do processo da Quinta da Prata. Parece-lhe que a Câmara tem dois pesos e duas medidas, ou seja, num processo diz que não tem nada que licenciar, e num outro processo legaliza um facto consumado de maciços. Face a isto, alertou o Sr. vereador Artur Pombeiro, para que esta situação fosse melhor vista e também para outra questão, nomeadamente: esta viabilidade que o Sr. vereador deu de legalização destes maciços, independentemente da forma como tentou tornear o processo, a instalação é numa área habitacional, isto é, num loteamento dentro de um lote definido para habitação. Só espera que, mais tarde, esta situação não traga outros problemas. Parece-lhe que,

independentemente do interesse que a Câmara tem no bom relacionamento com a Adega, e vice-versa, o Sr. vereador e também o Sr. Presidente deveriam reflectir sobre este processo, tendo em conta a forma como foi torneada a questão: 1º- por ser um processo de legalização; 2º- por estar definitivamente marcado para um lote que faz parte de um loteamento habitacional e 3º- por se tratar de um licenciamento (embora por legalização) de maciços de betão para depois suportar depósitos de inox – tal qual a situação da Quinta da Prata, ou seja: a questão da Adega com um processo de legalização – a questão da Quinta da Prata – um facto consumado mas que tem um abaixo-assinado de moradores aos quais a Câmara tem dito, baseada num parecer jurídico, que não tinha que licenciar. Perante isto, a pergunta que deixa, e que deveria ser colocada à consultora jurídica da Câmara, é a seguinte: “se não tinha que licenciar os outros porque é que teve que legalizar estes?”-----

Usou da palavra o Sr. Presidente e esclareceu que a informação que tinha, na altura, em relação à questão do processo onde existe o abaixo-assinado (Quinta da Prata) era de que os maciços já existiam, foi apenas feita a regularização do maciço, ou seja, já estava impermeabilizado, ao contrário do caso da Adega.-----

-----  
Antes de dar a reunião por encerrada o Sr. Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta que, foram aprovadas por unanimidade e, ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

### **-----ENCERRAMENTO-----**

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, composta por quinze páginas que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----